



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0028958-43.2010.8.01.0001
Classe Procedimento Sumário
Requerente Francisco das Chagas de Castro
Requerido Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A

CARTA DE CITAÇÃO E DE INTIMAÇÃO

(Procedimento Comum Sumário – CPC, Art 277)

DESTINATÁRIO Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, situado na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro - CEP 20031-205, Rio de Janeiro-RJ.

FINALIDADE Fica o destinatário acima citado para a ciência da ação e intimado para comparecer à audiência de conciliação, designada para o dia **21 de fevereiro de 2011, às 12:00h**, na sala de audiências desta Vara, no endereço abaixo, acompanhado de advogado, conforme cópias anexas da petição inicial e do despacho.


OBSERVAÇÃO Na audiência, caso não obtida a conciliação, deverá o réu oferecer resposta, escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formular seus quesitos, podendo, ainda, indicar assistente técnico.

ADVERTÊNCIA Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial, salvo se contrário resultar da prova dos autos (art. 277, § 2º, c/c os arts. 285 e 319, do CPC).

SEDE DO JUÍZO Rua Benjamim Constant, 1165, Centro - CEP 69900-160, Fone: 3211-5467, Rio Branco-AC - E-mail: vaciv1rb@tjac.jus.br.

Carta expedida e subscrita por ordem do(a) Juíza de Direito Maria Cezarinete de Souza A. Angelim, em analogia ao disposto no artigo 225, inciso VII, do CPC.

Rio Branco-AC, 12 de janeiro de 2011.


Vanisia de Almeida Santos Araújo
Escrivã Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco

Autos n.º 0028958-43.2010.8.01.0001
Ação Procedimento Sumário/PROC
Requerente Francisco das Chagas de Castro
Requerido Seguradora Lider dos Consórcios DPVAT S/A

Decisão

1. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita;
2. Designo o Cartório data desimpedida para a audiência de conciliação, citando-se a parte suplicada com antecedência mínima de 10 dias, para comparecer à audiência e nela, não havendo conciliação, oferecer resposta escrita ou oral, produzindo as provas que desejar.
3. Conste-se do mandado as advertências do § 2º, do artigo 277, do Código de Processo Civil.
4. Cientifiquem-se as partes de que poderão fazer-se representar por preposto, com poderes para transigir (CPC, art. 277, § 3º).
5. Intimem-se.

Rio Branco-(AC), 09 de dezembro de 2010.

Laudivon de Oliveira Nogueira
Juiz de Direito

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos do MM. Juiz. Do que, para constar, lavro este termo.

Rio Branco-AC, / / .

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da _____ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, Acre.

FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO, brasileiro, solteiro, autônomo, Cédula de Identidade RG 88942 SSP - AC e CPF n. 052.277.632 - 91, residente e domiciliada na Rua São Raimundo, 426, bairro Cadeia Velha, Rio Branco, Acre vem, por advogado, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT
ACIDENTE DE TRÂNSITO
(RITO SUMÁRIO)**

contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ/MF N. 09.248.608/0001 - 04, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP: 20.031- 205, Rio de Janeiro, RJ, que passa a expor e ao final requerer:

FINALIDADE

1. A finalidade da presente é compelir a Requerida ao pagamento dos valores de direito do Autor relativos ao Seguro Obrigatório DPVAT em virtude de acidente de trânsito que foi vítima e que lhe causou invalidez.

FATOS – ACIDENTE DE TRÂNSITO

2. Em 26.07.2009, à tarde, na Rodovia BR 364, Km 1, rotatória do Aeroporto de Rio Branco, a requerente foi vítima de acidente de trânsito ao colidir com o automóvel GM Astra Sedan Advantage placa ANR - 9875 conduzido por Alexandre Sampaio Ferreira, conforme demonstra o Boletim de Acidente de Trânsito N. 561.169, expedido pela Polícia Rodoviária Federal (cópia anexa).

3. Os danos pessoais a Autora consistem em debilidade permanente de membro, sentido ou função, conforme concluiu o laudo de exame pericial do IML expedido por médico oficial o Dr. Alberto Y. Okamura CRM-AC N. 802-AC,

4. A invalidez do autor foi total, conforme o laudo, sendo as seguintes as lesões que se consolidaram e causaram invalidez:

- a) Dor crônica em todo o membro inferior esquerdo, hipertrofia acentuada;
- b) Limitação dos movimentos do joelho em 40%;
- c) Limitação dos movimentos do tornozelo em 50% a 60%, encurtamento acentuado;
- d) Deformação no dorso e limitação do movimento de flexão em 30% da Mão esquerda.

5. Como se vê, as seqüelas são graves e assim o autor está totalmente inválido.

DO VALOR DA INDENIZAÇÃO E DO RECEBIDO ADMINISTRATIVAMENTE

6. O valor de indenização em caso como os do autor deve ser, conforme a lei do seguro obrigatório DPVAT, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) previstos no art. 3º, inciso I (Lei n. 6.194 de 1974).

7. A Ré pagou ao autor o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos) em fevereiro de 2010, devendo a Ré ser condenada a pagar a diferença que é de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos).

LEGITIMIDADE PASSIVA

8. No seguro DPVAT, as seguradoras são conveniadas, sendo que qualquer uma delas pode ser demandada judicialmente a pagar o seguro ou diferenças.

DO RITO PROCESSUAL

9. Estabelece o art. 10 da Lei nº. 6.194/74 que, verbis

“Art. 10. Observar-se-á o procedimento sumaríssimo do Código de Processo Civil nas causas relativas aos danos pessoais mencionados na presente lei”,

JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

10. Por tratar-se de matéria de direito, não há necessidade de prova oral, ocorrendo o que dispõe o art. 330, inciso I, do CPC, possibilitando o julgamento antecipado da Lide.

PERÍCIA

11. A prova pericial acostada realizada por médico oficial estatal é documento público com suficiente credibilidade e de notória competência, eis que diuturnamente lidam aqueles profissionais com os mais variados tipos de lesões.

12. Desta forma, eventual requerimento de nova perícia por parte da Ré será tão somente para postergar a solução da lide, devendo ser indeferido por ser a perícia juntada suficiente, não havendo cerceamento de defesa como já decidiu o Tribunal de Justiça do Acre (AP. CÍV. TJ/AC N. 2006.001998 – 0).

13. Pelo exposto, provado o fato com a certidão de ocorrência policial, os danos pessoais através de Laudo pericial oficial e demais documentos e demonstrada a relação de causalidade entre o sinistro e as lesões sofridas pelo Autor
REQUER:

A) **designação de audiência** de conciliação, instrução e julgamento;

B) **CITAÇÃO** da Requerida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, no endereço acima indicado, por meio de **correspondência com A. R.** (aviso de recebimento) com as advertências legais;

C) **TOTAL PROCEDÊNCIA** do presente pedido para o fim de condenar a Requerida ao pagamento de **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**;

D) **CONDENAÇÃO** nas custas processuais e honorários advocatícios à base de 20%;

E) Seja concedido o **benefício da Justiça gratuita**, pois o Requerente não está em condições de fazer frente às despesas com o processo, sem prejuízo de sua própria subsistência e de seus dependentes (**declaração em anexo**).

14. Dá-se a presente o valor de **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Pede Deferimento.

Rio Branco, 22 de novembro de 2010.


Paulo Dinelli

OAB(AC) 2425-A



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
INSTITUTO MÉDICO LEGAL

LAUDO Nº 04.0411.11.09

LAUDO DE EXAME COMPLEMENTAR

Ao 20 dia do mês de novembro do ano de 2009, nesta cidade de Rio Branco, Estado do Acre e na sede do Instituto Médico Legal, pelo Diretor Ruy Charles Eduardo de Oliveira, foi designado o Médico Legista, Alberto Y. Okamura, perito Oficial para proceder ao exame COMPLEMENTAR em FRANCISCO DAS CHAGAS CASTRO, a fim de ser atendida a solicitação do Bel José Barbosa de Moraes, Delegado de Polícia Civil da 4ª Regional, Conf. Guia nº xxx, de 18 de novembro de 2009, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar bem assim, responder aos quesitos no final formulados.

Em consequência passa o perito a fazer o exame solicitado e investigações que julguem necessários, findo o qual declara:

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS CASTRO

Sexo: M

Naturalidade: Rio Branco - AC

Nacionalidade: Brasileiro

Data de Nascimento: 15/06/1956

Idade: 53 anos

Estado Civil: xxx

Profissão: Funcionário público

Pai: xxx

Mãe: Maria José Osório de Castro

Endereço: Rua São Raimundo, Cadeia Velha

Cidade: Rio Branco-AC

Identidade: 88942

Órgão Emissor: SSP/AC

II - HISTÓRICO

(fornecidos pela autoridade policial e/ou familiares)

O periciando foi submetido a Exame de Corpo Delito, complementar no dia 20/11/2009 conforme Laudo de Exame Nº 04.0411.11.09

HISTÓRICO: Vítima de acidente de trânsito.

III - EXAME PERICIAL

Hora do Exame: 20:10

Local do Exame: IML

Trata-se de vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 26/07/2009. Na ocasião sofreu fratura exposta do fêmur e ossos da perna esquerda e fratura dos ossos da mão esquerda sendo submetido a tratamento cirúrgico no membro inferior e tratamento conservador na mão. Atualmente apresenta dor crônica em todo o membro inferior esquerdo, hipotrofia acentuada, limitação dos movimentos do joelho em 40% e tornozelo em 50 a 60%, encurtamento acentuado. Na mão esquerda apresenta deformação no dorso e limitação do movimento de flexão em 30%.

Lauda anexo.

IV - DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Sequela definitiva das fraturas descritas acima.

V - QUESITOS

1. O periciando(a) acha-se curado(a) das ofensas físicas recebidas? Não.
2. Caso negativo, quantos dias mais serão necessários para a sua completa cura? Sequela definitiva.
3. Resultou debilidade permanente de membros, sentidos ou função? Sim.
4. Se resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? Sim.
5. Originou incapacidade para o trabalho ou enfermidade incurável? Sim.
6. Resultou deformidade permanente? Sim.

E nada mais havendo a constar, segue este laudo devidamente assinado.

PERITO DO IML

Dr. Alberto Y. Okamura

Médico Legista

CRM - 802/AC





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561.169

Comunicação: C624828

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 10110101 - VISUAL CAMPOS DOS REIS

Data/Hora do Acidente (hora local): 26/07/2009 16:45

Município/UF: RIO BRANCO/AC

BR: 364 KM: 149,0

Sentido da Via: Direcional

Tipo de Acidente: Colisão lateral

Condições da Pista:

Seca

Revisões de Visibilidade:

Residente

Sinalização existente: Vertical, Horizontal

Fase do dia: Dia

Condição meteorológica: Boa

Sinalização luminosa: Inexistente

Houve danos ao patrimônio da União? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural

Tipo de Localidade: Residencial

Existe acostamento? Sim

Estado de Conservação: Regular

Há desnível? Não

É pavimentado? Não

Largura (m): 1,8

Possui deflúvio? Não existe

Possui meio-fio? Não existe

Possui sarjeta? Não existe

Existe canteiro central? Não

Estado de Conservação:

Largura (m):

Tipo de Inclinação:

Obstáculo no Cruzamento:

Estado de Conservação do Obstáculo:

Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Regular

Ocupação: Livre

Cerca: Não existe

Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Regular

Tipo: Simples

Dist. de Faixa: 2

Tipo de Pavimento: Asfalto

Perfil: Regular

Trçado: Reta

Curva Vertical:

Superelevação: Não

Superlargura: Não

Largura da Pista (m): 10,0

Estreitamento: Não existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA

Pista com lombada ocasionada por mudança de eixo, existente em todo trecho

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dpi.fgv.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 04/08/2009 11:51:28

NÚMERO DE CONTROLE: 5243.896 e 77 e 753

* Sempre preencher valor legal em ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561.169

Comunicação: 0624828

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: AMR-9673 Sequencial: V1 Descrição:

Chassi: 3BGT888W078156341 Renovar: 80561241

Marca/Modelo: GACALTA 2.0 16V ADVANTAGE

Categoria: Particular Tipo: Automotiv Emplicamento: RIO BRANCO/AC Espécie: Passageiro Cor: PRETA Ano: 2006

Proprietário: JOSE ALEXANDRE PEREIRO Ocupantes: 1

Endereço: LOM TUCUMA II RUA CASA 125 125 DISTRITO INDUSTRIAL CPF/CNPJ: 045.003.732-57

Município/UF: RIO BRANCO/AC Telefone: CEP: 69.010-000

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2:

Placa U3: Placa U4:

Origem: RIO BRANCO/AC - BRASIL

Destino: RIO BRANCO/AC - BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Segue Rua

Colisão com Objeto Fixo: Outro veículo

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

Colisão com Objeto Móvel: Não

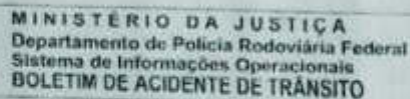
Colisão com Objeto Móvel: Não

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dart.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 04/08/2009 11:51:28

NÚMERO DE CONTROLE: 0243.095.1778.253

* Documento possui valor legal ao ocorrer com o selo "ENCERRADA"



Comunicação:	C624828
--------------	---------

* STATUS DA OCORRÊNCIA:	Encerrado
-------------------------	-----------

[illegible]

Placa U1		Placa U2	
Placa U3		Placa U4	
Origem:	RIO BRANCO - SPAB		
Destino:	RIO BRANCO - SPAB		

Manobra do Veículo no Acidente	Transfere a responsabilidade para:		Saiu de pista?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Derrapagem?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Capotagem?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Tombaramento?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Colisão com Objeto Fixo:	Não houve		Colisão com Objeto Móvel:	Outro veículo											
Marcas de Freagem (m):	0,0		Estado dos Pneus:	Bom		Incêndio?								<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não

Carregamento:	Houve Derramamento de Carga?	Extensão dos Danos:
Valor Total da Carga:	R\$ 0,00	
Descrição da Carga:	Moeda:	Roteiro:

GRANDS DE AVARIA E MONTA DE DANOS

VEÍCULO PRINCIPAL

CVC - UNIDADE 1

CVC - UNIDADE 2

CVC - UNIDADE 3

CVC - UNIDADE 4

Monta: Propaga:

Monta:

Monta:

Monta:

Monta:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor:		Assinatura	
Responsável pela Recepção:			
Documento do Responsável:			
Data/Hora da Recepção (hora local):		Matrícula:	
Descrição do Encaminhamento:			

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 04/09/2009 11:51:28
NÚMERO DE CONTROLE: 5243109-67761703

Sumário apresenta o valor total de subscrições em que o leitor seja "ENCUENTRO".

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561 169

Comunicação: C624828

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: 52Y 9511 Despeçador: 42 Descrição:

Chassi: 52XRBK879C00018 Renavam: 12001877

Marca/Modelo: MERCEDES BENZ T2000

Categoria: Particular Tipo: Camionete Empacamento: RIO BRANCO

Proprietário: BRATZKELEAGRO TIA AMELIA LANTAS

Endereço: RUA EPAMINONDAS JACOME NR 55 CENTRO RIO BRANCO

Município/UF: CEP: 69.505-420

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA: Telefones:

Placa U1: Placa U2:

Placa U3: Placa U4:

Origem: RIO BRANCO - BRAS

Destino: RIO BRANCO - BRAS

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Transição em sentido oposto

Saída de pista? Sim Derapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não

Colisão com Objeto Fixo? Não Houve Colisão com Objeto Móvel? Outro veículo Incêndio? Não

Marcas de Freio (m): 0,3 Estado dos Pneus: Bom

BAÇOS DA CARGA

Catregamento: Houve Derramamento de Carga? Não

Valor Total da Carga: R\$ 0,00 Extensão dos Danos:

Descrição da Carga: Monto: R\$ 0,00

Produto Perigoso:

GRAUS DE AVARIA E MORTA DE DANOS DO VEÍCULO E CVC

VEÍCULO PRINCIPAL CVC - UNIDADE 1 CVC - UNIDADE 2 CVC - UNIDADE 3 CVC - UNIDADE 4

Monta: 0,00 Monta: 0,00 Monta: 0,00 Monta: 0,00

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor:

Responsável pela Recepção:

Documento do Responsável:

Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:

Município/UF:

Descrição do Encaminhamento:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561.169

Comunicação: C624829

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: VYANDER 1.8
Nome/Apelido: ALEXANDRE SAMPAIO PINHEIRO
Nome do Pai: JOSE ALEXANDRE PINHEIRO
Nome da Mãe: ROSLY SAMPAIO PINHEIRO
Endereço: RUA TUCUMÃ S/Nº 123 DISTRITO INDUSTRIAL
Município/UF: RIO BRANCO/AC
Telefones: _____ Data de Nascimento: 01/05/1990 CEP: _____
Naturalidade: _____ Sexo: Masculino
Nacionalidade: BRASILEIRO
CPF: 000.000.000-00 Documento de Identificação: 00000000000000000000 Órgão Expedidor: SSP/AC
Estado Civil: Solteiro Grau de Instrução: _____
Ocupação Principal: ESTUDANTE
Origem: RIO BRANCO/AC - BRASIL
Destino: RIO BRANCO/AC - BRASIL
Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Sim Usava Capacete? Não Aplicado
Existe Declaração em Anexo? Não
Transcrição da Declaração: _____
Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: B Registro CNH: 00000000000000000000 Primeira Habilitação: 00/00/00
Validade CNH: 07/05/2013 País CNH: _____
Dormiu? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Ignorado Km Percorridos: Ignorado Horas Dirigindo: Ignorado
Particulares: _____

Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: _____
Responsável pela Recepção: _____
Documento do Responsável: _____
Data/Hora da Recepção (hora local): _____ Motivo: _____
Município/UF: _____
Descrição do Encaminhamento: _____

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dpf.fpf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 04/05/2009 11:51:20
NÚMERO DE CONTROLE: 0243.895-0776.0753

* Sempre preencher valor legal no documento em que o status seja "ENCERRADA"



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRANSITO

OCORRÊNCIA: 551.169

Comunicação: 0624820

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CONDUCTOR ENVOLVIDO

Veículo: 02NAA0776
Nome/Apelido: FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe: MARIA JOSE FERREIRO DE CASTRO
Endereço: RUA SÃO RAIMUNDO 406, CADERA VELHA
Município/UF: RIO BRANCO/AC
Telefones: _____ Data de Nascimento: 15/08/1956 CEP: _____
Naturalidade: _____ Sexo: Masculino
Nacionalidade: BRASILEIRO
CPF: 042.277.832-81 Documento de Identificação: 08042 Órgão Expedidor: SSP/AC
Estado Civil: Casado Grau de Instrução: Não Informado
Ocorrência Precedente: _____
Origem: RIO BRANCO/AC - BRASIL
Destino: RIO BRANCO/AC - BRASIL
Estado Físico: Boa Saúde Geral Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Não Aplicável Usava Capacete? Sim
Existe Declaração em Anexo? Não
Transcrição de Declaração: _____

Condutores Habilitado? Sim Categoria CNH: AD Registro CNH: 0708080105AC Primeira Habilitação: 05/10/1986
Validade CNH: 12/05/2011 País CNH: _____
Dormiu? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Não Foi Perseguido? Ignorado Horas Dirigindo: Ignorado
Pertencente: _____

Informações Complementares

ENCAMINHAMENTO DO CONDUCTOR

Tipo de Receptor: _____
Responsável pela Recepção: _____
Documento do Responsável: _____
Data/Hora da Recepção (hora local): _____ Motivo: _____
Município/UF: _____
Descrição do Encaminhamento: _____

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 04/08/2009 11:51:28

NÚMERO DE CONTROLE: 0243.886.4776-753

* Documento produzido por sistema de informática sob o controle da Polícia Rodoviária Federal



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561.169

Comunicação: C624829

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

16

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V33M7Y-9011
Nome/Apelido: ROSELENE DA SILVA RUNCIS
Nome do Pai: LUIZ CARLOS RUNCIS
Nome da Mãe: RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA
Endereço: RUA FRANCISCO MANUEL DA SILVA, 141, BOQUEIRÃO
Município/UF: RIO BRANCO/AC
Telefone: _____ Data de Nascimento: _____ CEP: _____
Naturalidade: RIO BRANCO/AC Sexo: F (Feminino)
Nacionalidade: BRASILEIRA
CPF: 512.250.903-55 Documento de Identificação: _____ Órgão Expedidor: _____
Estado Civil: Casado (Estado da Inscrição: Casado)
Ocupação Principal: _____
Origem: RUA BRUNO, BRASÍLIA
Destino: RIO BRANCO/AC - UBADE
Estado Fiscal: Não Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Não Usava Capacete? Não Aplicável
Existe Declaração em Anexo? Não
Transcrição da Declaração: _____

Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: B Registro CNH: 000000000000000000 Primeira Habilitação: 25/01/2004
Validade CNH: 09/01/2014 País CNH: _____
Dormiu? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Não Km Percorridos: Ignorado Horas Dirigindo: Ignorado
Porteletes: _____

Informações Complementares: _____

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: _____
Responsável pela Recepção: _____
Documento do Responsável: _____
Data/Hora da Recepção (hora local): _____ Motivo: _____
Município/UF: _____
Descrição do Encaminhamento: _____

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dpf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 04/06/2009 11:51:28

NÚMERO DE CONTROLE: 5243.893.e771.e/53

* Somente presente e de legal se o documento em que o status seja "ENCERRADA"



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561.169

Comunicação: C624828

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

17

PERSONAS ENVOLVIDAS

Tipo de Envolvido: ☐ Passageiro ☒ Veículo: VZTMA-0125
Nome/Apelido: MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA LIMA
Nome do Pai: FILIAS GOMES DE LIMA
Nome da Mãe: ESMERANDA MARA DE OLIVEIRA
Endereço: RUA SÁDIA (PARQUE DO SOL, CALDEIA VELHA)
Município/UF: RIO BRANCO/AC
Telefones: _____ Data de Nascimento: 18/12/1968
Naturalidade: RIO BRANCO/AC
Nacionalidade: BRASIL
CPF: _____ Documento de Identificação: _____ Orgão Expedidor: _____
Estado Civil: Casado Grau de Instrução: Não Informado
Ocupação Principal: _____
Origem: RIO BRANCO/AC - BRASIL
Destino: RIO BRANCO/AC - BRASIL
Estado Físico: Sem Lesões Socorrido pela PRF? ☒ Usava Cinto? ☒ Usava Capacete? ☒
Existe Declaração em Anexo? Não
Transcrição da Declaração: _____
Pertences: _____
Informações Complementares: _____

ENCAMINHAMENTO DO ENVOLVIDO

Tipo de Receptor: _____
Responsável pela Recepção: _____
Documento do Responsável: _____
Data/Hora de Recepção (hora local): _____ Motivo: _____
Município/UF: _____
Descrição do Encaminhamento: _____

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprt.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 04/08/2009 11:51:28
NÚMERO DE CONTROLE: 5243.056.c771.c753

* Insira o número valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 6 de 10



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561.169

Comunicação: 0604828

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrado

18

PESSOAS ENVOLVIDAS

Tipo de Envolvido: ☐ Passageiro ☐ Condutor ☐ Vítima ☐ Testemunha

Nome/Apelido: EDUARDO DA SILVA NUNES

Nome do Pai: _____

Nome da Mãe: _____

Endereço: RUA FRANCISCO MANGABEIRA S/N, NOVO

Município/UF: RIO BRANCO/AC

Telefones: _____ CEP: _____

Naturalidade: _____ Data de Nascimento: _____ Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Nacionalidade: ☐ Estrangeira

CNPJ: _____ Documento de Identificação: _____ Órgão Expedidor: _____

Estado Civil: _____ Grau de Instrução: ☐ Não informado

Ocupação Principal: _____

Origem: _____

Destino: _____

Estado Fiscal: ☐ Não ☐ Sim

Existe Declaração em Anexo? ☐ Não ☐ Sim

Transcrição da Declaração: _____

Períodos: _____

Informações Complementares: _____

ENCAMINHAMENTO DO ENVOLVIDO

Tipo de Receptor: _____

Responsável pela Recepção: _____

Documento do Responsável: _____

Data/Hora de Recepção (hora local): _____ Motivo: _____

Município/UF: _____

Descrição do Encaminhamento: _____



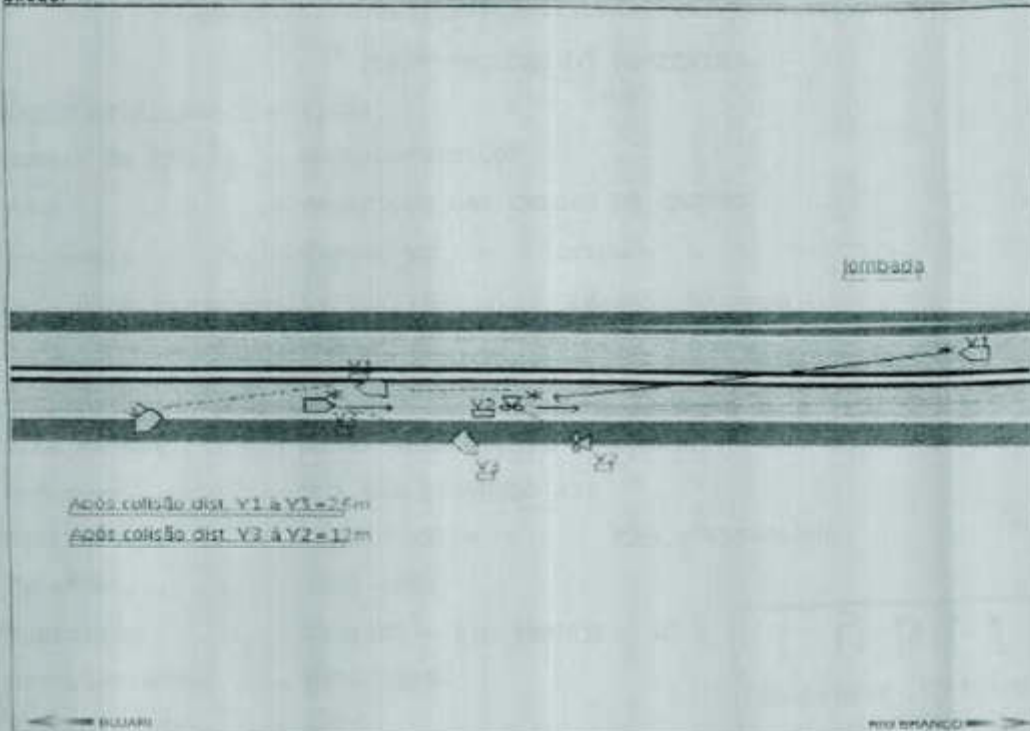
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 561.160

Comunicação: C624828

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CRÓQUI



LEGENDA

Automóvel	Tronco	Carrocinho	Carrocinho	Carrocinho
Ônibus/Tronco	Ônibus/Tronco	Ônibus/Tronco	Ônibus/Tronco	Ônibus/Tronco
Pedestre	Pedestre	Pedestre	Pedestre	Pedestre
Ponto A	Ponto B	Ponto C	Ponto D	Ponto E
Ponto F	Ponto G	Ponto H	Ponto I	Ponto J
Ponto K	Ponto L	Ponto M	Ponto N	Ponto O
Ponto P	Ponto Q	Ponto R	Ponto S	Ponto T
Ponto U	Ponto V	Ponto W	Ponto X	Ponto Y
Ponto Z	Ponto AA	Ponto AB	Ponto AC	Ponto AD
Ponto AE	Ponto AF	Ponto AG	Ponto AH	Ponto AI
Ponto AJ	Ponto AK	Ponto AL	Ponto AM	Ponto AN
Ponto AO	Ponto AP	Ponto AQ	Ponto AR	Ponto AS
Ponto AT	Ponto AU	Ponto AV	Ponto AW	Ponto AX
Ponto AY	Ponto AZ	Ponto BA	Ponto BB	Ponto BC
Ponto BD	Ponto BE	Ponto BF	Ponto BG	Ponto BH
Ponto BI	Ponto BJ	Ponto BK	Ponto BL	Ponto BM
Ponto BN	Ponto BO	Ponto BP	Ponto BQ	Ponto BR
Ponto BS	Ponto BT	Ponto BU	Ponto BV	Ponto BW
Ponto BX	Ponto BY	Ponto BZ	Ponto CA	Ponto CB
Ponto CC	Ponto CD	Ponto CE	Ponto CF	Ponto CG
Ponto CH	Ponto CI	Ponto CJ	Ponto CK	Ponto CL
Ponto CM	Ponto CN	Ponto CO	Ponto CP	Ponto CQ
Ponto CR	Ponto CS	Ponto CT	Ponto CU	Ponto CV
Ponto CW	Ponto CX	Ponto CY	Ponto CZ	Ponto DA
Ponto DB	Ponto DC	Ponto DD	Ponto DE	Ponto DF
Ponto DG	Ponto DH	Ponto DI	Ponto DJ	Ponto DK
Ponto DL	Ponto DM	Ponto DN	Ponto DO	Ponto DP
Ponto DQ	Ponto DR	Ponto DS	Ponto DT	Ponto DU
Ponto DV	Ponto DW	Ponto DX	Ponto DY	Ponto DZ
Ponto EA	Ponto EB	Ponto EC	Ponto ED	Ponto EE
Ponto EF	Ponto EG	Ponto EH	Ponto EI	Ponto EJ
Ponto EK	Ponto EL	Ponto EM	Ponto EN	Ponto EO
Ponto EP	Ponto EQ	Ponto ER	Ponto ES	Ponto ET
Ponto EU	Ponto EV	Ponto EW	Ponto EX	Ponto EY
Ponto EZ	Ponto FA	Ponto FB	Ponto FC	Ponto FD
Ponto FE	Ponto FF	Ponto FG	Ponto FH	Ponto FI
Ponto FJ	Ponto FK	Ponto FL	Ponto FM	Ponto FN
Ponto FO	Ponto FP	Ponto FQ	Ponto FR	Ponto FS
Ponto FT	Ponto FU	Ponto FV	Ponto FW	Ponto FX
Ponto FY	Ponto FZ	Ponto GA	Ponto GB	Ponto GC
Ponto GD	Ponto GE	Ponto GF	Ponto GH	Ponto GI
Ponto GJ	Ponto GK	Ponto GL	Ponto GM	Ponto GN
Ponto GO	Ponto GP	Ponto GQ	Ponto GR	Ponto GS
Ponto GT	Ponto GU	Ponto GV	Ponto GW	Ponto GX
Ponto GY	Ponto GZ	Ponto HA	Ponto HB	Ponto HC
Ponto HD	Ponto HE	Ponto HF	Ponto HG	Ponto HH
Ponto HI	Ponto HJ	Ponto HK	Ponto HL	Ponto HM
Ponto HN	Ponto HO	Ponto HP	Ponto HQ	Ponto HR
Ponto HS	Ponto HT	Ponto HU	Ponto HV	Ponto HW
Ponto HX	Ponto HY	Ponto HZ	Ponto IA	Ponto IB
Ponto IC	Ponto ID	Ponto IE	Ponto IF	Ponto IG
Ponto IH	Ponto II	Ponto IJ	Ponto IK	Ponto IL
Ponto IM	Ponto IN	Ponto IO	Ponto IP	Ponto IQ
Ponto IR	Ponto IS	Ponto IT	Ponto IU	Ponto IV
Ponto IW	Ponto IX	Ponto IY	Ponto IZ	Ponto JA
Ponto JB	Ponto JC	Ponto JD	Ponto JE	Ponto JF
Ponto JG	Ponto JH	Ponto JI	Ponto JJ	Ponto JK
Ponto JL	Ponto JM	Ponto JN	Ponto JO	Ponto JP
Ponto JQ	Ponto JR	Ponto JS	Ponto JT	Ponto JU
Ponto JV	Ponto JW	Ponto JX	Ponto JY	Ponto JZ
Ponto KA	Ponto KB	Ponto KC	Ponto KD	Ponto KE
Ponto KF	Ponto KG	Ponto KH	Ponto KI	Ponto KJ
Ponto KK	Ponto KL	Ponto KM	Ponto KN	Ponto KO
Ponto KP	Ponto KQ	Ponto KR	Ponto KS	Ponto KT
Ponto KU	Ponto KV	Ponto KW	Ponto KX	Ponto KY
Ponto KZ	Ponto LA	Ponto LB	Ponto LC	Ponto LD
Ponto LE	Ponto LF	Ponto LG	Ponto LH	Ponto LI
Ponto LJ	Ponto LK	Ponto LL	Ponto LM	Ponto LN
Ponto LO	Ponto LP	Ponto LQ	Ponto LR	Ponto LS
Ponto LT	Ponto LU	Ponto LV	Ponto LW	Ponto LX
Ponto LY	Ponto LZ	Ponto MA	Ponto MB	Ponto MC
Ponto MD	Ponto ME	Ponto MF	Ponto MG	Ponto MH
Ponto MI	Ponto MJ	Ponto MK	Ponto ML	Ponto MM
Ponto MN	Ponto MO	Ponto MP	Ponto MQ	Ponto MR
Ponto MS	Ponto MT	Ponto MU	Ponto MV	Ponto MW
Ponto MX	Ponto MY	Ponto MZ	Ponto NA	Ponto NB
Ponto NC	Ponto ND	Ponto NE	Ponto NF	Ponto NG
Ponto NH	Ponto NI	Ponto NJ	Ponto NK	Ponto NL
Ponto NM	Ponto NN	Ponto NO	Ponto NP	Ponto NQ
Ponto NR	Ponto NS	Ponto NT	Ponto NU	Ponto NV
Ponto NW	Ponto NX	Ponto NY	Ponto NZ	Ponto OA
Ponto OB	Ponto OC	Ponto OD	Ponto OE	Ponto OF
Ponto OG	Ponto OH	Ponto OI	Ponto OJ	Ponto OK
Ponto OL	Ponto OM	Ponto ON	Ponto OO	Ponto OP
Ponto OQ	Ponto OR	Ponto OS	Ponto OT	Ponto OU
Ponto OV	Ponto OW	Ponto OX	Ponto OY	Ponto OZ
Ponto PA	Ponto PB	Ponto PC	Ponto PD	Ponto PE
Ponto PF	Ponto PG	Ponto PH	Ponto PI	Ponto PJ
Ponto PK	Ponto PL	Ponto PM	Ponto PN	Ponto PO
Ponto PP	Ponto PQ	Ponto PR	Ponto PS	Ponto PT
Ponto PU	Ponto PV	Ponto PW	Ponto PX	Ponto PY
Ponto PZ	Ponto QA	Ponto QB	Ponto QC	Ponto QD
Ponto QE	Ponto QF	Ponto QG	Ponto QH	Ponto QI
Ponto QJ	Ponto QK	Ponto QL	Ponto QM	Ponto QN
Ponto QO	Ponto QP	Ponto QQ	Ponto QR	Ponto QS
Ponto QT	Ponto QU	Ponto QV	Ponto QW	Ponto QX
Ponto QY	Ponto QZ	Ponto RA	Ponto RB	Ponto RC
Ponto RD	Ponto RE	Ponto RF	Ponto RG	Ponto RH
Ponto RI	Ponto RJ	Ponto RK	Ponto RL	Ponto RM
Ponto RN	Ponto RO	Ponto RP	Ponto RQ	Ponto RR
Ponto RS	Ponto RT	Ponto RU	Ponto RV	Ponto RW
Ponto RX	Ponto RY	Ponto RZ	Ponto SA	Ponto SB
Ponto SC	Ponto SD	Ponto SE	Ponto SF	Ponto SG
Ponto SH	Ponto SI	Ponto SJ	Ponto SK	Ponto SL
Ponto SM	Ponto SN	Ponto SO	Ponto SP	Ponto SQ
Ponto SR	Ponto SS	Ponto ST	Ponto SU	Ponto SV
Ponto SW	Ponto SX	Ponto SY	Ponto SZ	Ponto TA
Ponto TB	Ponto TC	Ponto TD	Ponto TE	Ponto TF
Ponto TG	Ponto TH	Ponto TI	Ponto TJ	Ponto TK
Ponto TL	Ponto TM	Ponto TN	Ponto TO	Ponto TP
Ponto TQ	Ponto TR	Ponto TS	Ponto TT	Ponto TU
Ponto TV	Ponto TW	Ponto TX	Ponto TY	Ponto TZ
Ponto UA	Ponto UB	Ponto UC	Ponto UD	Ponto UE
Ponto UF	Ponto UG	Ponto UH	Ponto UI	Ponto UJ
Ponto UK	Ponto UL	Ponto UM	Ponto UN	Ponto UO
Ponto UP	Ponto UQ	Ponto UR	Ponto US	Ponto UT
Ponto Uv	Ponto UV	Ponto UW	Ponto UX	Ponto UY
Ponto UZ	Ponto VA	Ponto VB	Ponto VC	Ponto VD
Ponto VE	Ponto VF	Ponto VG	Ponto VH	Ponto VI
Ponto VJ	Ponto VK	Ponto VL	Ponto VM	Ponto VN
Ponto VO	Ponto VP	Ponto VQ	Ponto VR	Ponto VS
Ponto VT	Ponto VU	Ponto VV	Ponto VW	Ponto VX
Ponto VY	Ponto VZ	Ponto WA	Ponto WB	Ponto WC
Ponto WD	Ponto WE	Ponto WF	Ponto WG	Ponto WH
Ponto WI	Ponto WJ	Ponto WK	Ponto WL	Ponto WM
Ponto WN	Ponto WO	Ponto WP	Ponto WQ	Ponto WR
Ponto WS	Ponto WT	Ponto WU	Ponto WV	Ponto WW
Ponto WX	Ponto WY	Ponto WZ	Ponto XA	Ponto XB
Ponto XC	Ponto XD	Ponto XE	Ponto XF	Ponto XG
Ponto XH	Ponto XI	Ponto XJ	Ponto XK	Ponto XL
Ponto XM	Ponto XN	Ponto XO	Ponto XP	Ponto XQ
Ponto XR	Ponto XS	Ponto XT	Ponto XU	Ponto XV
Ponto XW	Ponto XX	Ponto XY	Ponto XZ	Ponto YA
Ponto YB	Ponto YC	Ponto YD	Ponto YE	Ponto YF
Ponto YG	Ponto YH	Ponto YI	Ponto YJ	Ponto YK
Ponto YL	Ponto YM	Ponto YN	Ponto YO	Ponto YP
Ponto YQ	Ponto YR	Ponto YS	Ponto YT	Ponto YU
Ponto YV	Ponto YW	Ponto YX	Ponto YY	Ponto YZ
Ponto ZA	Ponto ZB	Ponto ZC	Ponto ZD	Ponto ZE
Ponto ZF	Ponto ZG	Ponto ZH	Ponto ZI	Ponto ZJ
Ponto ZK	Ponto ZL	Ponto ZM	Ponto ZN	Ponto ZO
Ponto ZP	Ponto ZQ	Ponto ZR	Ponto ZS	Ponto ZT
Ponto ZU	Ponto ZV	Ponto ZW	Ponto ZX	Ponto ZY
Ponto ZZ	Ponto AA	Ponto AB	Ponto AC	Ponto AD
Ponto AE	Ponto AF	Ponto AG	Ponto AH	Ponto AI
Ponto AJ	Ponto AK	Ponto AL	Ponto AM	Ponto AN
Ponto AO	Ponto AP	Ponto AQ	Ponto AR	Ponto AS
Ponto AT	Ponto AU	Ponto AV	Ponto AW	Ponto AX
Ponto AY	Ponto AZ	Ponto BA	Ponto BB	

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
 JAN
 FEB
 MAR
 ABR
 MAI
 JUN
 JUL
 AGR
 SET
 OUT
 NOV
 DEZ

HOSPITAL DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DE RIO BRANCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Reg. Definitivo....: 43899
 Numero do CNS.....: 0000000000000000
 Nome.....: FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO
 Documento.....: 088942-RG Tipo :
 Data de Nascimento: 15/06/1956 Idade: 53 anos
 Sexo.....: MASCULINO
 Responsavel.....: NAO DECLARADO
 Nome da Mae.....: MARIA JOSE OSORIO DE CASTRO
 Endereco.....: RUA SAO RAIMUNDO 426
 Bairro.....: CADIEIRA VELHA Cep.: 69900-000
 Telefone.....: 9223-4890
 Municipio.....: 1200401 - RIO BRANCO - AC
 Nacionalidade.....: BRASILEIRO
 Naturalidade.....: ACRE

C O P I A
 Conforme o Original
 HUP "B"

DADOS DA INTERNACAO

Forma de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do BE: 1544451
 Clinica.....: 008 - CLIN.MED.CIRURGICA BL "B"
 Leito.....: ~~040-0153~~ 47. 172.
 Data da Internacao: 26/07/2009
 Hora da Internacao: 23:50
 Medico Solicitante: 308.225.562-00 - ANTONIO SAVIO DANTAS BARROSO
 Proced. Solicitado: NAO INFORMADO
 Diagnostico.....: NAO INFORMADO
 Identif. Operador.: FRANCINEIDE

Handwritten signature and initials

153 (644)
43899

HOSPITAL DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DE RIO DE JANEIRO

Nº. DO REG: 1544451 DATA: 25/07/2009 HORA: 15:58 USUARIO: TAMBORINI
CNG: SETOR: 04 - EMERGÊNCIA CIRÚRGICA

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO
IDADE: 53 ANOS NASC: 15/06/1956
ENDEREÇO: RUA SÃO RAFAEL
COMPLEMENTO: SAÍDA: CADEIA VELHA
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO UF: RJ
NOME PAZ: NÃO DECLARADO
REINTEGRAR: VIEJO DE CARU
PROVENIÊNCIA: DESCONHECIDO
ATENDIMENTO: ACIDENTE DE TRÂNSITO
CARGO: POLICIAL: NÃO PLANO DE SAÚDE: NÃO
ACID. TRABALHO: NÃO VIEJO DE AMBULÂNCIA: NÃO
TRABALHO: SIM

EXAME FÍSICO: X PULSO: F TEMP.: F
EXAMES COMPLEMENTARES: F 3 RAIO X F 3 SANGUE F 3 URINA F 3 TC
F 3 LÍQUOR F 3 ECG F 3 ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: F 3 SIM F 3 NÃO


DADOS CLÍNICOS: *Viagem no ônibus, depois disso
passou com um t. que ficou com o carro
e foi preso, depois foi solto e foi preso
de novo, a polícia chegou lá e viu
que não tinha nada.*

DIAGNÓSTICO: *Fratura x fratura de tibia e fêmur!*
PRESCRIÇÃO

RL 1500 (EV)
Tamoxifeno 100, + 100, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30
Opioide 200 (EV)
Ureterolítico 20 (EV) 1x/dia

DATA DE INSCRIÇÃO: *25/07/2009*
ALTA: F 3 DECISÃO MÉDICA F 3 A MÓDULO F 3 EXAME DA SANGUE
F 3 EXAMENHO AO AMBULATÓRIO F 3 EXAME DA SANGUE
INTERVALO AO PRÓXIMO EXAME (SEMANAS):
TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE):
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: F 3 FAMILIA F 3 IMPL F 3 ANAT. PATOL.

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL: ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:
COPIA
Conforme o Original

 Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CIES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO		4 - CIES	
HUEB			
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - N.º DO PROCEDIMENTO	
Francisco da Chagas de Costa		43.899	
7 - DATA NACIONAL DE SAÚDE (DNIS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
		15/06/56	
9 - NOME DO PAZ DO RESPONSÁVEL		10 - SEXO	
M.ª José Chagas de Costa		Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>	
11 - ENDEREÇO (RUA, N.º, QUARTO)		12 - TELEFONE DE CONTATO	
R. das Raimundo nº 426		6892434890	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - CDD, BGE MUNICÍPIO	
Rio Branco		AC 6940000	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS			
vítima de acidente de trânsito (motociclista) apresentando fratura e deformação na crural perna esquerda			
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO			
trat. contínuo			
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESUMADOS DE EXAMES REALIZADOS)			
Rx: FRAT. diafise femur e ossa da perna			
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL			
FRATURA DE FEMUR E TIBIA EST. EXPT			
21 - CID 10 PRINCIPAL			
22 - CID 10 SECUNDÁRIO			
23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS			
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
LIMPEZA CIRURG + FIX EXT. TIBIA		036.9.03.10.0.1.9	
26 - CLASSE		27 - N.º DOCUMENTO SINDICAT. DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE	
28 - CARTA DE INTERNAÇÃO		29 - N.º DOCUMENTO SINDICAT. DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE	
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		31 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
Dr. SIWENIO		26/7/9	
32 - ASSINATURA E CARIMBO (N.º DO REGISTRO DO CONSELHO)		33 - ASSINATURA E CARIMBO (N.º DO REGISTRO DO CONSELHO)	
[Assinatura]		[Assinatura]	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
34 - 1 - ACIDENTE DE TRÂNSITO		35 - CNPJ DA SEGURADORA	
34 - 2 - ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO		36 - N.º DO BASTÃO	
34 - 3 - ACIDENTE DE TRABALHO ATÍPICO		37 - N.º DO BASTÃO - SÉRIE	
38 - CNPJ DA EMPRESA		39 - CNPJ DA EMPRESA	
40 - CNPJ DA EMPRESA		41 - CBO	
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA			
<input type="checkbox"/> EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURO			
AUTORIZAÇÃO			
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		44 - CDD, CDD EMISSOR	
45 - N.º DOCUMENTO SINDICAT. DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		46 - N.º DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
47 - CNIS		48 - CNIS	
49 - CNIS		50 - CNIS	
51 - CNIS		52 - CNIS	
53 - CNIS		54 - CNIS	
55 - CNIS		56 - CNIS	
57 - CNIS		58 - CNIS	
59 - CNIS		60 - CNIS	
61 - CNIS		62 - CNIS	
63 - CNIS		64 - CNIS	
65 - CNIS		66 - CNIS	
67 - CNIS		68 - CNIS	
69 - CNIS		70 - CNIS	
71 - CNIS		72 - CNIS	
73 - CNIS		74 - CNIS	
75 - CNIS		76 - CNIS	
77 - CNIS		78 - CNIS	
79 - CNIS		80 - CNIS	
81 - CNIS		82 - CNIS	
83 - CNIS		84 - CNIS	
85 - CNIS		86 - CNIS	
87 - CNIS		88 - CNIS	
89 - CNIS		90 - CNIS	
91 - CNIS		92 - CNIS	
93 - CNIS		94 - CNIS	
95 - CNIS		96 - CNIS	
97 - CNIS		98 - CNIS	
99 - CNIS		100 - CNIS	

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

<i>João Barbosa</i>	<i>Flávia Nonato</i>	<i>Klarisse Mirella</i>	<i>Nicole Riente</i>
<i>Henrique A. F. Motta</i>	<i>Paula Pinheiro</i>	<i>Patricia Cavalcanti</i>	<i>Cristina Ferreira</i>
<i>Fábio João Soito</i>	<i>Osmar Aquino</i>	<i>Paula Barroso</i>	<i>Amanda Silva</i>
<i>Pedro H. B. Sousa</i>	<i>Fernando Barbosa</i>	<i>Thathiana Cusnir</i>	<i>Rodrigo Gaspar</i>
<i>Joselaine Maura Figueiredo</i>	<i>Rafael Bandeira</i>	<i>José Pinto</i>	<i>Renato Carvalho</i>
<i>João Paulo Martins</i>	<i>Lanessa Alves</i>	<i>Carolina Lima</i>	
<i>Marcelo Côco</i>	<i>Cecília Chequer</i>	<i>João Renato Paulon</i>	

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO /AC.

Processo:289584320108010001

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, com sede à Rua Senador Dantas, 74,5º andar, Centro, Rio de Janeiro- RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º09.248.608/0001-04, neste ato representada por seu advogado que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 275 e seguintes da Lei nº Adjetiva Civil, e, demais cominações legais pertinentes à espécie, apresentar sua

C O N T E S T A Ç Ã O

consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

DOS FATOS ALEGADOS NA PEÇA VESTIBULAR

Alega a parte Autora em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em **26/07/2009**, restando permanentemente inválido.

SEM, CONTUDO, OBSERVAR QUE O SINISTRO NOTICIADO NOS AUTOS, OCORREU EM PLENA VIGÊNCIA DA LEI Nº. 11.945/09, ASSIM, REGE-SE

SOBRE A NOVA NORMA LEGAL, EM QUE O VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL É ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), BASEANDO-SE, PARA TANTO, NA LEI 6.194/74.

ADEMAIS, A PARTE AUTORA, NÃO SE ATENTA AO FATO DE QUE A LEI EM VIGOR, EXIGE QUANTIFICAÇÃO, NO MOMENTO EM QUE FOI UTILIZADA A PALAVRA **ATÉ** NA REFERIDA LEI. LOGO, DEVERÁ SER LIQUIDADA A INDENIZAÇÃO EM DETRIMENTO DO AUTOR DE ACORDO COM A SUA LESÃO.

Assim sendo, por entender, equivocadamente, que o valor da indenização corresponde a **R\$ 6.412,50 (Seis mil, quatrocentos e doze e cinquenta centavos) a título de invalidez**, ingressou com a presente ação, pleiteando o valor integral que entende ser devido, referente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT.

PRELIMINARMENTE

ÔNUS DA PROVA - INCUMBÊNCIA IMPOSTA A PARTE AUTOR NAS SUAS ALEGAÇÕES - ART. 333, I DO CPC- AUSENCIA DE PROVA DA INVALIDEZ - INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CAPAZES DE CORROBORAR COM O TETO MÁXIMO INDENIZÁVEL

O ônus da prova compete exclusivamente à apelada das alegações, em vista da disposição contida no art. 333, I, do CPC, sendo certo que tal obrigação incide perfeitamente sob o caso em concreto, especialmente porque a inicial não trouxe qualquer comprovação da invalidez total alegada.

Ademais, o juízo a quo deve atentar ao fato de que a Lei em vigor, exige quantificação, no momento em que foi utilizada a palavra **ATÉ** na referida Lei. Dessa forma, sentenciou equivocadamente contrariando o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e os demais Tribunais deste país.

FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO QUE ATENDA O DISPOSITIVO NO ART. 5º, § 5º DA Lei 6.194/74 - OMISSÃO NO LAUDO DO IML sobre PERCENTUAL DE INVALIDEZ-

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte Autor pretende que o seguro DPVAT a indenize pela suposta invalidez sofrida.

Entretanto, em momento algum o Autor apresenta Laudo Médico expedido pelo Instituto Médico Legal, documento este imprescindível ao deslinde da presente demanda, conforme determinado por lei, e que tem a finalidade de evitar fraudes

e analisar o caráter permanente das lesões supostamente sofridas, **DE MANEIRA IMPARCIAL**.

Além disso, pode-se afirmar que **A AUSÊNCIA DO REFERIDO DOCUMENTO DEMONSTRA FALTA DE NEXO CAUSAL ENTRE OS FATOS ALEGADOS**, podendo inviabilizar a pretensão do Autor, e a conseqüente improcedência do pedido.

Ainda, no mesmo sentido, cabe ser destacada a decisão da ilustre Juíza Susi Ponte de Almeida, do JEC da Comarca de São José de Ribamar do Maranhão, nos autos do processo n.º. 002.2008.003.374-5, que decidiu assim:

"...Com efeito, verifico que razão assiste a empresa ré quando da alegação de obrigatoriedade de documento indispensável a propositura da presente ação, qual seja, laudo do IML para qualificar a extensão das lesões sofridas pela Recorrida, pois este documento é de suma importância para atestar o grau de invalidez da Recorrida, bem como o cabimento ou não de seguro DPVAT.

Ademais, a cobertura do seguro obrigatório DPVAT não é para o acidente em si, porque não basta ser vítima de um acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre para se ter direito à indenização securitária, sendo necessário que, como consequência desse sinistro, ocorra um dano coberto pela Lei 6.194/74, o que não é possível apreciar neste processo sem a documentação necessária, cujo ônus da prova cabia a parte demandante.

Isto posto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, julgo improcedente o pedido inicial."

ADEMAIS, O LAUDO DO IML TEM CUNHO INVESTIGATIVO, visto recomendação e item 09 do relatório da correição realizada pela Corregedoria deste Estado, depois de reiteradas constatações quanto à emissão de **FRAUDES DOCUMENTAIS NA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT,** deliberaram no sentido de exigí-lo nas ações de cobrança de seguro DPVAT.

Outrossim, há de destacar, que alguns Magistrados pedem extração de cópias dos autos para encaminhar ao **Ministério Público**, a fim de averiguar acerca das possíveis fraudes, conforme se depreende da decisão abaixo destacada, cujo processo foi o de n.º **200800287880, in verbis:**

"(...) À VISTA DO EXPOSTO, ANALISANDO O CONTEÚDO DOS AUTOS CONSIDERANDO OS FUNDAMENTOS EXPENDIDOS, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, POIS NÃO ESTÁ O PRESENTE O FEITO INSTRÍDO COM DOCUMENTO BASTANTE CAPAZ DE COMPROVAR A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO. ANTE O OFÍCIO DE Nº 113/08, DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR ESTADO DE GOIÁS, INFORMANDO QUE O EXTRATO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE FLS. 27, NÃO CORRESPONDE COM OS DADOS DO EXTRATO DE OCORRÊNCIA DE IGUAL NÚMERO QUE CONSTA NO BANCO DE DADOS DO MESMO ÓRGÃO, CONFORME SE VÊ À FLS.100, SITUAÇÃO FÁTICA, EM TESE, CARACTERIZADORA DE ILÍCITO PENAL, COM FUNDAMENTOS NO ART. 40 DO CPP, REMETA-SE CÓPIA INTEGRAL DOS PRESENTES AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER CABÍVEIS. TRANSITADA EM JULGADO E ATENDIDAS TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, COM AS CAUTELAS DE PRAXE. ABSTENHO DE CONDENAR A RECLAMADA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS E HONORÁRIOS." (g.n.).

Com efeito, os parágrafos 4º e 5º, acrescentados ao art. 5º da lei n.º 6.194/74 pela lei n.º 8.441/92, estabelecem:

"§ 4º - Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora".

§ 5º - O INSTITUTO MÉDICO LEGAL DA JURISDIÇÃO DO ACIDENTE TAMBÉM QUANTIFICARÁ as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, NO PRAZO MÉDIO DE NOVENTA DIAS DO EVENTO, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças." (g.n.).

Resta claro, Exa., que o Laudo é de suprema importância para quantificar a invalidez da vítima, ao passo que, como previsto em lei, DEVE SER OBEDECIDO SEU LAPSO TEMPORAL DE EMISSÃO, para que não seja verificada discrepância alguma entre o sinistro e a data de sua elaboração.

PORTANTO, COMO A PARTE AUTOR EM MOMENTO ALGUM APRESENTOU O REFERIDO LAUDO, O MESMO NÃO DEMONSTROU QUANTIFICAÇÃO ACERCA DA SUPOSTA LESÃO, SENDO ASSIM, NÃO APRESENTOU MEIOS PARA A RÉ REALIZAR O PAGAMENTO NA MONTA A QUE TERIA DIREITO CASO FOSSE COMPROVADA A SUPOSTA INVALIDEZ PERMANENTE.

Ademais, o artigo 3º da Resolução CNSP n.º 07/97, repetindo praticamente o que dispõe a lei, assim disciplina:

"A indenização por invalidez permanente será paga no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da entrega dos seguintes documentos:

I - laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificado da extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima, atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da Tabela das Condições Gerais de Seguro de Acidente, suplementadas, quando for o caso, pela Tabela de Acidentes do Trabalho e da Classificação Internacional de Doenças;

II - registro da ocorrência expedida pelo Autoridade policial competente." (g.n.).

Constata-se que não há nos autos o LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL certificando, com a exatidão que a Lei determina, o percentual de invalidez do Autor e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu o mesmo, elementos imprescindíveis para que possa ser fixada a indenização correspondente, de acordo com a tabela específica, como previsto na lei e nas normas disciplinadoras.

Tais normas, aliás, são editadas mercê da previsão legal do artigo 12 da lei n.º 6.194/74, neste ponto, não alterada pela lei n.º 8.441/92.

Reitera a Ré, trecho do dispositivo legal já citado, donde se depreende que o laudo pericial será apresentado "no prazo médio de noventa dias".

Merece destaque, desta forma, sentenças proferidas pelo Nobre Juiz do 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE VITORIA / ES, donde se depreende que o Autor não juntava aos autos Laudo do DML, sendo portanto, necessária confecção de laudo pericial. Vejamos:

"A previsão legal inerente ao Seguro Obrigatório DPVAT estabelece como requisito para o exame da questão independentemente de prova pericial, a apresentação do laudo do Departamento Médico Legal. Observo que os presentes autos não trazem o laudo respectivo, e sim laudo diverso, acostado às fls. 12.

Nesse particular, compreendo que tal prerrogativa não supre a falta do laudo do DML, máxima nesta sede de Juizados Especiais, onde, à mingua do laudo respectivo, seria imprescindível a prova pericial técnica. À vista do exposto, e a mingua da apresentação do laudo próprio, com fulcro no art. 51, II, da Lei 9.099/95, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução de mérito."

Essa prova documental incumbe à parte Autor, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece **o art. 333, I, do CPC.**

Pelo exposto, a ré requer que, **em razão da ausência de provas,** a presente demanda seja **julgada extinta com resolução de mérito**, na forma do art. 269, inciso I, da Lei Adjetiva Civil.

DO MÉRITO

Por amor ao debate, em sendo considerada vencida a preliminar argüida, o que se admite apenas por amor ao debate, no mérito, restará demonstrado à inarredável improcedência do pleito Autoral, senão vejamos:

DA PLENA VIGÊNCIA DA LEI 11.945/2009

Cumpre ressaltar que entrou em vigor em Junho de 2009 a Lei 11.945/2009, que alterou alguns artigos da Lei 6.194/74.

Para corroborar com o que ora é suscitado, vem a ora Ré expor os artigos na íntegra que versam sobre o valor indenizável no Seguro DPVAT:

Art. 30. O art. 12 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3o e 4o:

"Art. 12. 12.

.....

§ 3o O CNSP estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

§ 4o O disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, não se aplica ao produto da arrecadação do ressarcimento do custo descrito no § 3o deste artigo." (NR)

Art. 31. Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

.....

§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser

enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2o Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3o As despesas de que trata o § 2o deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei." (NR)

"Art.

5o

.....
.....

.....

 § 5o O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

.....
” (NR)

Art. 32. A Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei.

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos e de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo permanente; (b) alienação mental; (c) impedimento do senso de orientação espacial e/ou de liberdade de locomoção; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores ou inferiores	

superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punho, dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudo completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Informa a parte ré que, conforme mencionado pela parte autora, a mesma já recebeu o valor de R\$ 7087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) em 02/02/2010, não havendo assim que se falar em complementamento da indenização, uma vez que o valor recebido já corresponde a lesão que o autor informa em sua inicial.

Portanto, resta cabalmente comprovado que deve ser respeitado o grau de invalidez das vítimas de acidente de trânsito, para fins de indenização do Seguro Obrigatório DPVAT.

TANTO A LEI 6.194/74, QUANTO A LEI 11.482/2007, BEM COMO A NOVIÇA LEI 11.495/2009 FAZEM DISTINÇÃO DOS GRAUS DE INVALIDEZ AUFERIDOS EM PERÍCIAS PARA FINS DE PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÃO.

DIANTE DO EXPOSTO, RESTA CABALMENTE COMPROVADO QUE A TABELA EM ANEXO, PERTENCENTE À LEI SUPRACITADA, GOZA DE FORÇA DE LEI E MERECE SER JUDICIALMENTE RESPEITADA.

DA NECESSIDADE DE GRADAÇÃO PARA CASOS DE INVALIDEZ TOTAL E PARCIAL- ENTENDIMENTO PACÍFICO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Caso, o r. Juízo, entenda por acolher o pedido inicial, REITERA a Ré, que a parte Autora não faz jus a verba

indenizatória integral, referente a indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso vertente de invalidez parcial, acrescentando a ré que seu entendimento sobre a invalidez parcial, tem respaldo no trecho do dispositivo legal já citado (art. 5º, §5º da lei 6.194/74), donde se depreende que o laudo pericial deverá ser apresentado **para fins de indicar o grau e percentual da invalidez e neste sentido o Autor não apresentou nenhum documento que pudesse ser comparado a suposta invalidez como grau e nível total, a fim de respaldar o suposto direito que faria jus a integralidade da indenização, ora pleiteada.**

Por outro lado, a Legislação é clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será efetuado ATÉ quarenta salários mínimos e, em conformidade com o grau de invalidez apurado, sendo certo que em momento algum consta na legislação dispositivo contrário, dispondo que para qualquer caso alegado como sendo de invalidez seja em grau total ou parcial, deverá o quantum indenizatório corresponder a quarenta salários mínimos.

Ora, Ilustre julgador, basta apenas conferir os documentos adunados pela parte Autoral que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, e na hipótese remota de acolhimento do pedido inicial, de plano se afasta a possibilidade de pagamento integral, haja vista não haver nos autos qualquer documento que comprove que alguma extensão dos danos que corresponda ao grau total, ou seja, a repercussão na íntegra do patrimônio físico, para que assim, pudesse ter respaldo o requerimento de indenização no valor máximo indenizável.

Ademais, o caso vertente não poderá jamais ser equiparado para casos que resultam na morte da vítima, em casos de vítimas que resultam aleijões, isto é, em casos de invalidez permanente em grau total, sendo certo que o caso em tela se trata de invalidez parcial em grau leve, conforme registrado no exame de corpo de delito anexo a exordial que afirma sofrer de "debilidade permanente".

Assim sendo, não há como se considerar e equipar a "debilidade permanente" como perda anatômica e funcional completa de todo o membro, e por conseguinte, não há como se acolher a pretensão no valor máximo indenizável pleiteada pela parte Autoral, pois se

configuraria em desvirtuamento da norma legal que determinou pagamento ATÉ E NÃO INTEGRAL A QUALQUER GRAU DE INVALIDEZ.

E ACASO FOSSE O ENTENDIMENTO DO JUÍZO SENTENCIANTE, ESTAR-SE-IA CAINDO NO VAZIO, JÁ QUE A LEI DIZ QUE A INDENIZAÇÃO PODERÁ VARIAR, DEVENDO SER ANALISADO CASO A CASO.

Cabe reiterar o entendimento da instância Superior, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, nos autos do agravo de instrumento nº. 1.085.419 - RS (2008/0191976-2), onde foi o relator o Ministro Aldir Passarinho Junior, publicado acórdão no dia 06/02/09, in verbis:

Superior Tribunal de Justiça
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.085.419 - RS
(2008/0191976-2) - RELATOR : MINISTRO ALDIR
PASSARINHO JUNIOR - AGRAVANTE : VIVIAN OLIVEIRA
SCHWARZ - ADVOGADO : CATIA SIMARA DA ROSA
BITENCOURT E OUTRO(S) - AGRAVADO : LIBERTY
SEGUROS S/A - ADVOGADO : VINICIUS N CERVO E
OUTRO(S)

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento manifestado por Vivian Oliveira Schwarz em face de decisão que inadmitiu o seguimento do recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e "c", do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, no qual se alega violação aos arts. 535, II, do CPC; 1º, 4º, 47, 51, I, IV, VIII, X, e XII, § 1º e 54, do CDC; 115, 1056, 1059, 1125, 1300 e 1301 do CC/1916; 1º, 6º, 11, 12, 30, 166, 170, 182, 188, 287, II, "g", da Lei n. 6404/76; 20 da Lei 2111/66; 205 e 787 do CC/2002 e 3º da Lei 6194/74, sob o fundamento de não se conformar com a redução do valor indenizatório, por meio da aplicação da tabela para casos de invalidez permanente; que pelo seguro DPVAT, o patamar devido é de quarenta salários mínimos, ainda que se trate de invalidez permanente parcial e que a lei não faz distinção entre invalidez permanente total ou parcial.

O acórdão restou assim ementado (fl. 66):

"AC. SEGURO OBRIGATÓRIO de danos pessoais causados por VEÍCULOS AUTOMOTORES de VIAS TERRESTRES (DPVAT). art. 3º, b, da Lei n.º 6.194/74 c/c 8.441/92 c/c 11.482/07.exegese da expressão INVALIDEZ PERMANENTE. laudo pericial - dml. exigência legal. A indenização deve corresponder ao grau de invalidez da vítima. competência do CNSP.

PRESCRIÇÃO TRIENAL. APLICAÇÃO DO ART. 206, § 3º, IX, C/C ART. 2.028 DO CC. TERMO INICIAL. CAUSA INTERRUPTIVA. afastada.

1. A ação para haver a indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser ajuizada contra qualquer seguradora que opere no consórcio constituído no seguro em questão. Inteligência do art. 7º, da Lei n.º 6.194/74, combinada com a redação dada pela Lei n. 8.441/92, assim como pela recente Lei n.º 11.482/07 (MP 430/06).
2. De acordo com o art. 3º, b, da Lei n.º 6.194/74, em caso de invalidez permanente, o valor da indenização, a título de seguro obrigatório - DPVAT, deve corresponder até 40 vezes o maior salário mínimo vigente no País à época da liquidação do sinistro (arts. 5º, § § 1º e 5º e 12).
3. A intenção do legislador ao utilizar a expressão invalidez permanente foi Documento: 4609500 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 06/02/2009 Página 1 de 3 Superior Tribunal de Justiça abranger aqueles casos em que a lesão sofrida pelo acidentado seja expressiva a ponto de torná-lo incapaz para o trabalho, não sendo suficiente para caracterizá-la a ocorrência de lesão que, embora permanente, não o impossibilite de exercer atividade laboral.
4. **A Medida Provisória n.º 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, corrobora o entendimento de que deve ser aferido o grau de invalidez, haja vista a manutenção do termo até R\$13.500,00, em**

substituição à expressão até 40 salários mínimos. Razão pela qual o grau de invalidez permanente deve ser considerado para efeito de indenização, limitado a 40 vezes o maior salário mínimo vigente no País, consoante a dicção da lei anterior, e, agora, a R\$13.500,00.

5. O artigo 12 da Lei 6.194/64 refere que o Conselho Nacional de Seguros Privados está autorizado a expedir normas disciplinadoras e tarifas, por certo, junto a organismos vinculados a companhias seguradoras.
6. Aplicação dos arts. 3º, b, e 5º, § 5º, da Lei n.º 6.194/74 c/c art. 333, I, do CPC.
7. No caso, a seguradora efetuou o pagamento da indenização securitária com base em Resolução do CNSP e em valor inferior ao estabelecido legalmente. Portanto, deve ser condenada a efetuar o pagamento da diferença, contudo, de acordo com o percentual de invalidez apurado.
8. Prescrição afastada. Termo inicial. Causa Interruptiva. Art. 206, § 3º, IX, c/c art. 2.028, ambos do CC.

À UNANIMIDADE, AFASTADAS AS PRELIMINARES. NO MÉRITO, POR MAIORIA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO APELO DA RÉ E PROVIMENTO AO APELO DO AUTOR."

Em primeiro, verifica-se que o entendimento do Tribunal local sobre a existência de invalidez permanente parcial e sua extensão, equivalendo a 25% da importância segurada, baseou-se na análise do conjunto probatório carreado aos autos.

Rever tais aspectos, obviamente, demandaria revolvimento dessas provas, o que é inviável em sede de recurso especial, ao teor do disposto na Súmula 07/STJ. A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes: AG n. 1.015.357/RS, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJU de 1º.08.2008; AG n.

1.021.524/RS, Rel. Min. Massami Uyeda, DJU de 05.08.2008; AG n. 1.009.487/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJU de 06.08.2008 e AG n. 1.043.632/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 27.06.2008.

De outro lado, sobre a tese da possibilidade de cobertura parcial do DPVAT, proporcionalmente ao grau de invalidez, ela se me afigura correta, considerando que o § 5º do art. 5º da Lei 6.194/1974, com a nova redação dada pela Lei 8.441/1992, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que:

"O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."

(destaquei)

Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez.

Em relação ao dissídio, constata-se não ter sido demonstrado nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC; e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça. O conhecimento do recurso especial pela divergência exige a transcrição dos trechos dos acórdãos impugnado e paradigma, evidenciando-se, de forma clara e objetiva, o suposto dissídio jurisprudencial, não sendo suficiente a simples transcrição de ementas ou votos, sem a exposição das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

(Publique-se. Brasília (DF), 02 de fevereiro de 2009 - MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - Relator).

Ainda, no mesmo sentido, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.065.519 - RS (2008/0141427-7) RELATOR: MINISTRO MASSAMI UYEDA AGRAVANTE: CATARINA SOARES DE LIMA ADVOGADO: JAIRONI A DE OLIVEIRA AGRAVADO: LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A. ADVOGADO: MILTON MARTINS NEVES JUNIOR E OUTRO(S) AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ALEGADA VIOLAÇÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL - IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELO STJ - VALOR DA INDENIZAÇÃO - **INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL** - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - REEXAME DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ - AGRAVO IMPROVIDO. (...). **ADMISSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TABELA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NECESSIDADE DE OBSERVAÇÃO, NO CASO CONCRETO, DO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA.** Ação que se julga parcialmente procedente. RECURSO PROVIDO EM PARTE." (...) *In casu*, **TRATANDO-SE DE INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL, NÃO SE JUSTIFICA A PRETENSÃO AO RECEBIMENTO INTEGRAL** dos 40 salários mínimos previstos como teto no art. 3º, "b", da Lei nº 6.194/74. No caso em mesa, segundo laudo médico de fl. 13 foi detectada "leve claudicação às custas do membro inferior direito que apresenta atrofia muscular difusa, membro inferior direito encurtado em dois centímetros, crepitação fêmuro-patelar à direita e leve diminuição dos movimentos do quadril direito". **COMPULSANDO A TABELA DO CNSP**, constato que a perda total do uso de um dos membros inferiores representa 70% sobre a importância segurada. Restou incontroverso que houve pagamento de R\$ 3.302,47 considerando o teto máximo indenizável de R\$ 13.479,48, o que representa 24,5% sobre a importância segurada. Ante o conjunto de seqüelas, concluo adequada a indenização no patamar de 24,5%. (...). Assim sendo, nega-se provimento ao agravo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.068.790 - RS
(2008/0138291-0) RELATOR : MINISTRO MASSAMI UYEDA
AGRAVANTE : ALEXANDRE GOMES DE SOUZA ADVOGADO :
CATIA SIMARA DA ROSA BITENCOURT E
OUTRO(S) AGRAVADO : LIBERTY PAULISTA SEGUROS S/A
ADVOGADO : MILTON MARTINS NEVES JUNIOR E OUTRO(S)
AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO -
SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ALEGAÇÃO GENÉRICA DE
OFENSA À LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL -
IMPOSSIBILIDADE - ÓBICE DO ENUNCIADO N. 284 DA
SÚMULA/STF - VALOR DA INDENIZAÇÃO - ENTENDIMENTO
OBTIDO DA ANÁLISE
DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - REEXAME DE PROVAS
- IMPOSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7
DA SÚMULA/STJ - RECURSO IMPROVIDO. (...). **EM
RELAÇÃO AO VALOR DA INDENIZAÇÃO**, o Tribunal de origem
utilizou-se da seguinte fundamentação: "Nesses
termos, passo à análise da situação fática
específica. **'IN CASU', TRATANDO-SE DE INVALIDEZ
PERMANENTE PARCIAL, NÃO SE JUSTIFICA A PRETENSÃO AO
RECEBIMENTO INTEGRAL** dos 40 (quarenta) salários
mínimos, previstos como teto no art. 3º, "b", da
Lei n.6.194/74. Segundo o laudo de exame do
Departamento Médico-Legal (fl.19), o Autorteve
"debilidade permanente da função do joelho
esquerdo". **COMPULSANDO A TABELA DO CNSP, CONSTATO QUE A
ANQUILOSE TOTAL DE UM REPRESENTA 20% SOBRE A IMPORTÂNCIA
SEGURADA**. Consoante fls. 26, já houve pagamento de
R\$ 1.418,34. Ocorre que, na época do pagamento
administrativo parcial o salário-mínimo era de R\$
240,00. Assim, quarenta salários-mínimos somam R\$
9.600,00 e 20% sobre esse valor totaliza R\$
1.920,00. (...). Assim sendo, nega-se provimento
ao agravo.

Portando, resta evidenciado nos autos, que, a parte Autorl não
faz jus a integralidade da indenização do seguro DPVAT, pois não
consta nos autos prova de que houve extensão das lesões sofridas
e alegadas supostamente como invalidez total.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção
monetária, em caso de eventual condenação, o que
definitivamente não espera, é crucial que seja analisada a
questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no artigo 219 da Lei Processual Civil
vigente, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir

da citação válida, entende a Contestante que o *dies a quo* para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, senão vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Até porque estamos tratando de responsabilidade contratual tendo em vista que as partes celebraram contrato de seguro, e não extracontratual, sendo inaplicável à espécie o Enunciado n.º 54, da Súmula do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)"

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que passamos a transcrever:

"Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal" (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645) .

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido Autoral no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Há de se ressaltar que o Autor é beneficiária da Justiça

Gratuita, haja vista a Lei 1.060/50.

Porém, o mesmo dispositivo legal determina que no caso de vencedor o beneficiário da Justiça Gratuita, ou seja, no caso em tela, o Autor, o montante de honorários advocatícios a ser pago pelo vencido deve respeitar o patamar máximo de 15% (quinze por cento). Vejamos:

"Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.

(...)."

Ressalte-se, oportunamente, o art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, donde se depreende que o percentual máximo permitido, em casos de "fácil" instrução, por ser matéria de direito, é de 20% (vinte por cento):

"(...) § 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: (Redação dada pela Lei n.º 5.925, de 1º.10.1973)

*a) o grau de zelo do profissional;
b) o lugar de prestação do serviço;
c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. (...)"*

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono do Autor, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), **o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente!**

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas e tão-somente em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Desta feita, **na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento),** conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ex Positis, requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas, sendo a presente demanda julgada extinta sem resolução do mérito, conforme preconiza o artigo 267, incisos I C/C 295, I, da Lei Adjetiva Civil, quais sejam:

- (I) Da ausência de laudo do IML conclusivo;
- (II) Da falta de LAUDO MÉDICO confeccionado pelo IML, NA FORMA PREVISTA NO ART. 5º, § 5º da Lei 6.194/74, vez que não há nos autos documentação que demonstre que o Autor restou totalmente inválido;
- (III) Seja o valor já pago administrativamente descontado em caso de eventual condenação.

Na remota hipótese de ultrapassadas as preliminares suscitadas, aguarda-se serenamente, pela improcedência da ação, **tendo a ré amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda**, pelo que requer seja a demanda ao final julgada totalmente improcedente, com resolução de mérito, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal do Autor, sob pena de confissão.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço da Rua Floriano Peixoto, nº 863, Centro, Rio Branco, AC, CEP: 69.908-030, Tel: (68) 3224-5228, (68) 9229-5780.

Por derradeiro, requer, ainda, a Contestante seja observado o nome da advogada ALEXANDRINA MELO DE ARAÚJO, OAB/AC 401, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Rio Branco, 18 de fevereiro de 2011.

João Barbosa
OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
OAB/RJ 114.089

Alexandrina Melo De Araújo
OAB/AC 401

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 02/02/2010

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 7.087,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO

BANCO: 104

AGÊNCIA: 02278

CONTA: 000000025961-6

Nr. da Autenticação 45082B9D9C3BEB8F



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA
MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO – SEGURO DPVAT

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

NUMERO DO PROCESSO: 0028958-43.2010

VARA : 1ª VARA

Informações da Vítima

Nome completo: FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO

CPF: 052.277.632-91

Endereço completo: RUA SÃO RAIMUNDO, 426 B. LADRIA
VELHA RIO BRANCO AC

Informações do acidente

Local: BR 364, KM 1 ROXATÓRIA DO ARNOPOSTO

Data do Acidente: 26/10/2009

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº 0028958-43.2010 para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 1ª Vara Cível ou JEC da Comarca de RIO BRANCO - (AC).

Local, data.

Francisco das Chagas de Castro
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA
MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO – SEGURO DPVAT

MEMBRO INFERIOR (E)

b) as alterações (dissfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☒ Sim ☐ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

FISIOTERAPIA

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

PERDA DA MOBILIDADE E FORÇA

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☐ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☒ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima). MEMBRO INFERIOR (E)

b.2 ☐ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA
MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO – SEGURO DPVAT

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

_____ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

_____ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

_____ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

_____ ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

RIO BRANCO – AC, 05/10/2011

Assinatura do médico – CRM

Dr. Alalbas X. de A. Neto
Médico
CRM/AC 1197



SESSÃO DE CONCILIAÇÃO

Pedido nº 0028958-43.2010.8.01.0001

Em 05 de outubro de 2011, às 15:20, a parte reclamante **Francisco das Chagas de Castro**, RG nº 088942 e CPF nº 052.277.632-91 acompanhado de seu advogado o Dr. Paulo André Carneiro Dinelli da Costa OAB/AC nº 2425 e a parte reclamada **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A**, representada por sua advogada a Dra. Alexandrina Melo de Araújo OAB/AC nº 401 compareceram ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania e celebraram acordo nos seguintes termos:

Cláusula primeira – O reclamado reconhece a dívida no montante de R\$ 2.882,00(dois mil seiscentos e vinte reais) , e a pagará em uma única parcela, em até 30 (trinta) dias a contar desta data, mediante depósito judicial no Banco do Brasil, em nome do reclamante com CPF nº 052.277.635-91 , já incluídos os honorários fixados em 10% (dez por cento) no valor de R\$ 262,00 (duzentos e sessenta e dois reais).

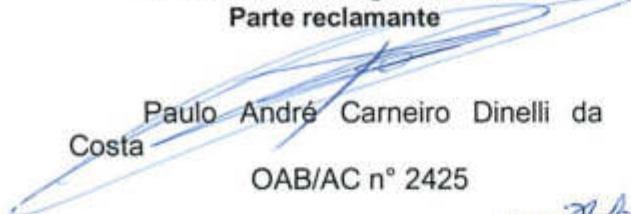
Cláusula Segunda – O alvará de levantamento de valores será expedido pela secretaria do cartório, sendo 10 % em favor do advogado Dr. Paulo André Carneiro Dinelli da Costa OAB/AC 2425.

Cláusula Terceira – No caso de descumprimento do acordo no tempo e modo devidos, fica estipulada multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o montante inadimplido.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente termo:


Francisco das Chagas de Castro
Parte reclamante


Seguradora Líder dos Consórcios
DPVAT S/A
Parte reclamada


Paulo André Carneiro Dinelli da
Costa
OAB/AC nº 2425


Alexandrina Melo de Araújo
OAB/AC nº 401


Nathalie de Lima Guimarães
Conciliadora


Paulo Leite
Seguradora Líder DPVAT

Ato contínuo o acordo foi submetido à homologação do Juiz Coordenador, conforme segue: "Estando o acordo em conformidade com as disposições da Lei Civil, **homologo** a convenção realizada neste termo para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos". Sem custas por disposição legal.



Mirla Regina da Silva Cutrim
Juíza de Direito

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
 Henrique A. F. Motta
 Fabio João Soito
 Pedro H. A. Sousa
 Joselaine Maura Figueireda
 João Paulo Martins
 Marcelo Cêco

Flávia Nonato
 Paula Pinheiro
 Osmar Aquino
 Fernando Barbosa
 Rafael Bandeira
 Larissa Alves
 Cecília Chequer

Klariisse Mirella
 Patricia Cavalcanti
 Paula Barroso
 Thathiana Cusnir
 José Pinto
 Carolina Lima
 João Renato Paulon

Nicole Riente
 Cristina Ferrelra
 Amanda Silva
 Rodrigo Gaspar
 Renata Carvalho

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

CÓPIA

PROCESSO:0028958-43.2010.8.01.0001

SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, movida por FRANCISCO DAS CHAGAS DE CASTRO requerer a V.Exa. que seja determinada a juntada do Comprovante de Pagamento Judicial cadastrado sobre a Identificação de Depósito 08105000000003082-1, no valor de R\$ 2.882,00 (dois mil oitocentos e oitenta e dois reais), a fim de cumprir o pagamento do acordo, para os devidos efeitos legais.

Destarte o cumprimento de todas as obrigações, requer ainda a Ré a extinção do feito, com fulcro no artigo 794, inciso II da Lei Adjetiva Civil, procedendo-se a baixa do processo no cartório distribuidor, e o subsequente arquivamento dos autos.

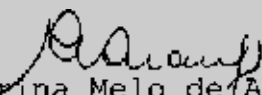
Nesses Termos,
 Fede deferimento.

Rio Branco, 23 de Novembro de 2011

João Barbosa
 OAB/RJ 134.307

Henrique A F Motta
 OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito
 OAB/RJ 114.089


 Alexandrina Melo de Araújo
 OAB/AC 401

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
 PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
 corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

Bebi em
23/11/2011
Januza
17:40hs

Comp	Banco	Agência	DV. CI	Conta	C2	Série	Cheque N.º	C3	
001	001	1789	8 4	844.000-2	6	001	492486	5	R\$
001	001	1789	8 4	844.000-2	6	001	492486	5	R\$*****2.882,00

Pague por este cheque a quantia de DOIS MIL E OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS*****

***** a centavos acima.

JUIZO DE DIREITO DA 1ª VC DA COMARCA DE RIO BRANCO / AC ou à sua ordem.

RIO DE JANEIRO, 16 de NOVENBRO de 2012

BANCO DO BRASIL

EMPRES. SELOANTOS R
00.000.000/4374-50
64-FLEXIBILIZAE O TARIFA

SEGUROADORA LIDER DOS CONSUMIDORES DO SEGURO DPVAT
CNPJ 09.248.608/0002-04
CLIENTE BANCARIO DESDE 12/2007

492486/ISA/8902/1/201103240101/002895843201080 11-01054
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO BRANCO / AC

11-01054

CERTIDÃO

Ana Lúcia Costa Felisberto, Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, na forma da Lei, etc...

Certifico a requerimento de parte interessada que de acordo com os registros do sistema SAG-PG5, as autos do processo no 0028958-43.2010.8.01.0001, em que figura com Autor **Francisco das Chgas de Castro**, e como Ré **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A**, encontra-se arquivado. O referido é verdade.

Rio Branco (AC), 17 de agosto de 201 2.

Ana Lucia Costa Felisberto
Diretora da Secretaria